

Para evitar a cassação, o senador José Roberto Arruda, envolvido na violação do painel do Senado, renunciou ontem ao mandato. A mesma atitude deve ser tomada pelo senador Antonio Carlos Magalhães na próxima quarta-feira. Os donos da T.A. Oil confirmaram, na CPI, o pagamento de propina ao Governo.

ANDRÉ HEES

PRAÇA OITO

A reforma urbana

O prefeito Marcelo Deda, de Aracaju, ganhou projeção como líder do PT na Câmara dos Deputados. Passou dez anos no Legislativo e está há cinco meses na Prefeitura. Defrontou-se com uma nova realidade. Um de seus primeiros atos foi encomendar uma pesquisa que revelou o seguinte: para 60% da população da cidade, de 470 mil habitantes, os maiores problemas a serem enfrentados são segurança pública, desemprego, fome e miséria. Ocorre que, a rigor, segurança e política econômica são atribuições de competência estadual e federal, não municipal.

"São problemas que o cidadão põe na mesa do prefeito mas ela não está preparada para enfrentá-los. Precisamos dar um novo formato institucional ao país. Os prefeitos estão obrigados a romper com isso. Não chego a propor uma rebelião, mas uma postura crítica, para abrir o debate no Congresso", disse ontem em Vitória Marcelo Deda, numa mesa-redonda no Qualidades 2001, o 2º Seminário de Gestão de Cidades com Qualidade.

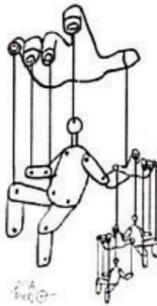
Seu discurso endossou o que havia dito o prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) na abertura dos debates. Luiz Paulo lembrou que há 40 anos 80% da população brasileira vivia na zona rural e hoje o quadro se inverteu: 82% vivem nas cidades. A aglomeração nos grandes centros se deu de forma desorganizada, com o planejamento urbano a reboque desse adensamento, e em grande medida durante o regime militar, no qual o poder local era sempre alinhado com o

poder central. Essa visão centralizadora, observa Luiz Paulo, predomina até hoje: "O prefeito acha que vai ser bom administrador se for amigo do governador; e o governador, se for amigo do presidente. Este é um de nossos maiores defeitos".

Um novo pacto federativo, com revisão das atribuições da União, Estados e municípios, e com maior autonomia para estes últimos, foi defendida, de uma forma ou de outra, por todos os participantes da mesa-redonda, que incluiu ainda os prefeitos César Maia (PTB), do Rio; Firmino Filho (PSDB), de Teresina, e Fernando Bezerra (PPS), de Petrolina.

Fernando Bezerra (nada a ver com o ex-ministro) ressaltou que a Constituição de 88 deu maior autonomia aos municípios mas em 1994, em nome do ajuste fiscal, o Governo FHC retomou o caminho da centralização, com a criação de novos impostos federais.

Prefeitos de diferentes partidos e com diferentes visões concordaram que a reforma urbana, com alterações no atual conceito de Federação, poderá ser uma das principais questões na sucessão de 2002. "Precisamos acabar com essa história de que política econômica não é assunto do prefeito", destacou Marcelo Deda. Em tempo: logo que assumiu a Prefeitura, ele firmou convênios com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com a Universidade Federal de Sergipe, e já investiu R\$ 350 mil em projetos para identificar a vocação econômica de Aracaju. Sinal de que nem tudo depende de grandes mudanças na legislação.



Rico

Dono da T.A. reafirma que pagou 'propina'

José Carlos Alves disse que pagou R\$ 150 mil para se livrar de multa de R\$ 2 milhões

ANDRÉIA LOPES,
RADANEZI AMORIM
E MARCUS MONTEIRO

O proprietário da T.A. Oil, José Carlos Alves, confirmou ontem na CPI da Propina da Assembléia Legislativa, que apura denúncias de corrupção no Governo do Estado, que pagou "propina" ao advogado João Batista Cerutti e ao sindicalista Wilson Vilhagra, ex-assessor da primeira-dama e secretária de Estado de Ação Social, Maria Helena Ferreira.

De acordo com José Carlos, primeiro "foram entregues R\$ 150 mil a Cerutti, para que ele viabilizasse a liberação do regime especial de ICMS" da T.A. Oil. José Carlos afirmou ter tomado conhecimento de que os R\$ 150 mil seriam divididos entre Cerutti, o ex-subsecretário da Fazenda Antônio Correia e "outras pessoas do baixo escalão" da Secretaria da Fazenda, cujos nomes não foram divulgados.

Cerutti, de acordo com José Carlos, teria recebido mais R\$ 150 mil para "liberar" uma multa que a T.A. tinha na Secretaria da Fazenda, no valor aproximado de R\$ 2 milhões. José Carlos disse que os R\$ 150 mil foram entregues a Vilhagra e que este foi ao escritório de Cerutti entregar o dinheiro.

Vilhagra também recebeu de José Carlos, segundo o empresário, outros R\$ 80 mil. Desse total, ele tomou conhecimento através de sua esposa, Rosana Zazari, de que R\$ 50 mil seriam entregues à primeira-dama, e os R\$ 30 mil restantes deveriam ser destinados à fábrica de sopas do Governo do Estado. "Não sei se esse dinheiro



Ricardo Medeiros

Tempo José Carlos e Rosana, donos da T.A., prestaram depoimento à CPI das 15 horas às 22h30

foi aplicado na fábrica", assinalou.

Gravação

Durante o depoimento de José Carlos, foi exibida em plenário a gravação de uma conversa do empresário com o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira e com Vilhagra. Uma outra fita, esta divulgada pela imprensa, também foi apresentada trazendo a gravação de uma conversa de José Carlos com o ex-ministro. A gravação mostra Aníbal Teixeira pedindo R\$ 60 mil para José Carlos. Ele disse que esse dinheiro seria para um pagamento para liberação de crédito de ICMS que a T.A. tinha junto à Petrobrás.

A "propina", no entanto, não foi paga ao ex-ministro. "Eu não paguei propina a ele. Ele ia receber na operação da Petrobrás, mas a operação não foi concre-

tizada. O que eu paguei foi em relação à maquete e outros serviços", afirmou.

O ex-ministro depois na CPI na última terça-feira e afirmou que o dinheiro que recebeu da T.A. referia-se a serviços de consultoria prestados por ele. Mostrou diversas notas fiscais emitidas pela Projether - empresa de sua propriedade - e pelo Instituto JK - entidade que preside - que totalizam R\$ 90 mil.

José Carlos reconheceu algumas notas, ontem, mas afirmou não se recordar de outras, e pediu para apresentar informações por escrito. Chegou a dizer que "acobertava a contabilidade com notas do Instituto JK", mas depois se recusou a responder a pergunta, orientado por advogados.

O empresário disse que emitiu cheque no valor de R\$ 10 mil para

ICMS

Regime especial não foi liberado

Outra confirmação feita pelo empresário José Carlos diz respeito ao "acordo" feito no Palácio Anchieta para liberação do regime especial de ICMS da T.A. Oil. "O governador José Ignácio me prometeu o regime. Ele me disse que liberaria o regime se eu desistisse de uma liminar na Justiça. Eu desisti da liminar e até hoje não recebi o regime especial", disse. O advogado João Batista Cerutti foi apresentado a José Carlos por Wilson Vilhagra. "O Vilhagra me indicou dizendo que ele tinha contato com Correia - Antônio Correia", afirmou, admitindo que quando Cerutti "entrou na história" o regime especial foi liberado, mas posteriormente cassado.

o ex-ministro a título de "antecipação da comissão do negócio da Petrobrás". "Foi um empréstimo. Ele deixou um cheque dele para ser descontado em 30 dias, mas passaram 60, 90 dias e o cheque não tinha fundos. Eu não cobrei o cheque e entreguei o original na Procuradoria da República", disse.

José Carlos afirmou ter doado R\$ 25 mil para a campanha do governador José Ignácio Ferreira (PSDB). Ele também doou R\$ 38 mil para a campanha do prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Theodorico Ferraço (PTB).

O depoimento teve início às 15 horas e terminou às 19 horas. As galerias da Assembléia ficaram lotadas de moradores da Chácara do Conde, Vila Velha, comunidade que é beneficiada com doações da T.A., e funcionários da empresa.

Cópias de cheques são entregues

Na opinião do presidente da CPI, Gilson Lopes (PFL), o empresário José Carlos Alves deu respostas objetivas à Comissão e entregou documentos que comprovam a retirada de dinheiro do banco para pagamento de propina. "O depoimento dele e os documentos apresentados são provas, em tese, de que Wilson Vilhagra e João Batista Cerutti receberam propina", disse.

Lopes prevê a realização de uma acareação entre José Carlos, Vilhagra e Cerutti. O empresário entregou aos deputados cópia de um cheque de R\$ 230 mil (R\$ 150 mil que seriam entregues a Cerutti e R\$ 80 mil entregues a Vilhagra) e comprovação de duas retiradas de R\$ 75, totalizando os outros R\$ 150 mil que

teriam sido pagos a Cerutti.

Para Lopes, Vilhagra terá que voltar à Comissão para explicar o que fez com o dinheiro que lhe foi entregue. Na CPI, Vilhagra disse que recebeu R\$ 50 mil da T.A., e que o dinheiro teria sido entregue à primeira-dama do Estado.

O relator da CPI, Sérgio Borges, avaliou que o empresário "se envolveu com pessoas que, segundo ele, falavam em nome de autoridades do Governo, mas que ele não consegue provar". "Ao todo, a T.A. gastou cerca de R\$ 850 mil em cima da possibilidade de receber uma coisa que ele tinha direito, ou seja, o regime especial. Eu sinto muito que isso aconteça na relação da iniciativa privada com o serviço público. Ele teria que ter procurado os caminhos legais."

PIRES - Em sua apresentação no Qualidades, o prefeito Luiz Paulo lembrou que, no Espírito Santo, os municípios não deveriam andar de pires na mão pedindo ajuda ao Governo. "No ano passado, o Governo investiu 0,6% de sua receita disponível e os municípios, 18%, em média. São os municípios que têm puxado o desenvolvimento do Estado", sustenta ele.

INTERMEDIADOR - O intermediador da mesa-redonda de ontem, entre os prefeitos, no Qualidades, foi o diretor-presidente da Gazeta Mercantil, Luiz Fernando Levy.

SUSPEITA - O Grupo dos 14 na Câmara de Vitória suspeita que a Prefeitura quer criar uma secre-

taria de Habitação, para a qual seria indicado o vereador José Carlos Lyrio (PSDB). No lugar de Lyrio, na liderança do prefeito, iria José Coimbra (PSDB), hoje integrante do G-14. "Se perdermos um, teremos substituto à altura", diz Zezito Maio (PTB).

CELULAR - O vereador Nacib Haddad (PAN), da Serra, apresentou projeto na Câmara para regulamentar a instalação de estações de rádio base de telefonia celular. "Pesquisas nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália indicam que a exposição contínua a campos de radiofrequência pode provocar sensação de cansaço, mudanças de comportamento, perda de memória, mal de Parkinson e até câncer", diz a justificativa do projeto.

Fax para a coluna: 223-6635 - e-mail: ahees@redgazeta.com.br

Rosana relata autorização

A sócia-proprietária da T.A. Oil, Rosana Zazari, reafirmou, em seu depoimento à CPI da Propina, que o fiscal fazendário Wilson Vilhagra pediu à empresa R\$ 50 mil, que seriam para entregar à primeira-dama, Maria Helena Ferreira.

Segundo Rosana, a primeira-dama teria confirmado que Wilson poderia representá-la, em relação ao projeto da fábrica de sopa, e em relação à liberação do crédito especial.

"Eu perguntei para ela: o Wilson pode falar pela senho-

ra? A senhora o autoriza a representá-la, somente ele? E ela disse sim", disse Rosana aos membros da CPI.

Ela também repetiu as afirmações que seu marido, José Carlos da Cruz Alves, também proprietário da T.A. Oil, fez à CPI, em relação à cobrança de propina para a liberação do crédito especial a que a empresa tinha direito. Segundo ela, foram pagos ao advogado João Batista Cerutti R\$ 150 mil para atuar na liberação do crédito especial da T.A. Oil junto

à Petrobrás. Ao fiscal fazendário Wilson Vilhagra foram pagos R\$ 80 mil, sendo que, segundo ela, R\$ 50 mil seriam para a primeira-dama e R\$ 30 mil para a fábrica de sopa.

Em relação ao ex-ministro Aníbal Teixeira, Rosana disse que ele procurou a empresa T.A. Oil como representante do Governo estadual, para auxiliar no projeto da fábrica de sopa idealizada por Maria Helena. Segundo ela, não houve contrato formal com o ex-ministro, para auxiliar a liberação do cré-

dito especial. "Ele fazia e depois ia cobrar", relatou.

Segundo Rosana, o ex-ministro teria cobrado da T.A. Oil cerca de R\$ 400 mil para os projetos de implantação da fábrica de sopa. Desse total, R\$ 160 mil seriam para equipamentos e o restante seria relativo a outros gastos, como asfaltamento. Ela disse que o ex-ministro chegou a incluir nesse total contas de hospedagem em hotéis. A empresária respondeu com objetividade todas as perguntas dos parlamentares.

Coluna do
SINDPREV
FILIAÇÃO À FENASPS

Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência no Estado do Espírito Santo

Bandalheira e omissão

Fernando Henrique Cardoso, além de acobertar corrupção, é omissa e ditador. Isso ficou escancarado com os últimos acontecimentos nacionais, que aumentaram ainda mais a indignação do povo brasileiro. As denúncias de roubo de dinheiro estão se avolumando sem que haja qualquer investigação ou punição. A mais recente foi a compra de deputados: R\$ 78 milhões foram gastos para impedir a instalação da CPI da Corrupção. Dinheiro do povo usado contra o povo.

O pior é que nem bem concluiu a última bandalheira no Congresso, FHC anuncia um plano de racionamento de energia que vai reduzir a produção e aumentar o desemprego. Os cidadãos estão sendo obrigados a abrir mão do pouco conforto e segurança que conseguiram para seus lares. Tudo porque Fernando Henrique preocupou-se apenas em vender as hidrelétricas ao invés de investir no setor energético. A crise de energia elétrica foi anunciada há mais de oito anos e nada foi feito para evitar o caos. Agora a população é quem vai pagar pela omissão e irresponsabilidade do Governo.

Em meio à lama da corrupção e à absoluta incompetência, FHC continua buscando culpados entre os trabalhadores públicos e a oposição. Ameaças também não faltam, inclusive de ruptura da democracia. Mas o povo brasileiro jamais permitirá que isso aconteça. O que se quer é a transparência em todos os setores do País, o que significa a apuração de toda e qualquer suspeita de irregularidade e punição dos corruptos.

Imprensa ameniza truculência da PM

A polícia de José Ignácio reprimiu com violência o protesto realizado por trabalhadores, estudantes e integrantes de movimentos populares durante a solenidade de comemoração aos 466 anos da Colonização do Solo Espírito-Santense. Os policiais investiram contra os manifestantes que queriam apenas mostrar, pacificamente, o quanto o povo capixaba está indignado com o mar de corrupção que se formou em Brasília e no Espírito Santo.

A truculência da PM deixou várias pessoas feridas. Mesmo assim, a ação policial foi amenizada de forma absurda pela imprensa. Na versão publicada na edição de ontem "a PM teve que usar a força e agir com rigor para conter os manifestantes". Mas o fato foi bem diferente: a polícia não agiu rigor; usou e abusou da violência bruta e desnecessária.

Sempre às sextas-feiras, o Sindicato estará publicando neste jornal a Coluna do Sindprev. Você pode participar enviando sugestões para o seguinte endereço eletrônico: sindprev.gaz@zaz.com.br - Tel.: 322-1108